Leitesol Indústria e Comércio S.A.

CNPJ/MF nº 65.979.973/0001-60

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 *(Expresso em reais – R$)*

Ativo	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.338.897	14.199.331
Contas a receber	5	94.825.884	108.689.201
Contas a receber – parte relacionada	12	450.647	507.149
Estoques	6	134.810.556	147.960.766
Impostos a recuperar	7	6.200.490	5.816.963
Outros créditos		714.206	877.759
Instrumentos financeiros derivativos	20.3	773.610	632.818
Total do ativo circulante		**247.114.290**	**278.683.987**
Não Circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	7.691.775	5.357.104
Imobilizado	9	21.119.847	21.683.629
Direito de uso	10	533.791	888.888
Intangível	11	672.513	773.889
Total do ativo não circulante		**30.017.926**	**28.703.510**
Total do Ativo		**277.132.216**	**307.387.497**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores		10.305.880	9.699.193
Fornecedores estrangeiros – parte relacionada	12	50.420.520	99.378.972
Impostos a recolher		2.218.736	1.235.929
Imposto de renda e contribuição social a recolher		3.765.355	5.383.502
Obrigações sociais a recolher		4.630.895	4.371.641
Dividendos e juros sobre capital próprio	14 c	80.053.998	37.582.433
Outras obrigações		3.814.406	2.545.916
Arrendamentos	10	358.819	346.661
Total do passivo circulante		**155.568.609**	**160.544.247**
Não Circulante			
Provisão para riscos	13	190.670	52.618
Arrendamentos	10	189.175	549.078
Total do passivo não circulante		**379.845**	**601.696**
Patrimônio Líquido			
Capital social	14 a	76.484.551	28.484.551
Reservas de capital		1.691	1.691
Reservas de incentivos fiscais	14 d	36.325.443	36.325.443
Reserva legal	14 b	8.372.077	5.696.910
Reserva de lucros	14 e	–	75.732.959
Total do patrimônio líquido		**121.183.762**	**146.241.554**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**277.132.216**	**307.387.497**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 *(Expresso em reais – R$)*

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital: Correção monetária do capital	Reservas de lucros: Incentivos fiscais	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**28.484.551**	**1.691**	**36.325.443**	**5.696.910**	**105.012.285**	**–**	**175.520.880**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	66.157.992	66.157.992
Destinação para:								
Distribuição de juros sobre capital próprio	14 c	–	–	–	–	–	(1.897.821)	(1.897.821)
Dividendos mínimos obrigatórios por ação do capital	14 c	–	–	–	–	–	(16.539.498)	(16.539.498)
Dividendos adicionais propostos		–	–	–	–	(77.000.000)	–	(77.000.000)
Incentivos fiscais	14 d	–	–	–	–	–	–	–
Reserva de retenção de lucros		–	–	–	–	47.720.673	(47.720.673)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**28.484.551**	**1.691**	**36.325.443**	**5.696.910**	**75.732.958**	**–**	**146.241.553**
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**28.484.551**	**1.691**	**36.325.443**	**5.696.910**	**75.732.959**	**–**	**146.241.554**
Aumento de capital social	14 a e 14 c	48.000.000	–	–	–	–	–	48.000.000
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	53.503.341	53.503.341
Destinação para:		–	–	–	–	–	–	–
Reserva Legal	14 b	–	–	–	2.675.167	–	(2.675.167)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	14 c	–	–	–	–	–	(12.707.044)	(12.707.044)
Dividendos adicionais propostos	14 c	–	–	–	–	(48.000.000)	–	(48.000.000)
Dividendos adicionais propostos	14 c	–	–	–	–	(27.732.959)	–	(27.732.959)
Distribuição de juros sobre capital próprio	14 c	–	–	–	–	–	(8.882.396)	(8.882.396)
Dividendos adicionais propostos	14 c	–	–	–	–	–	(29.238.734)	(29.238.734)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**76.484.551**	**1.691**	**36.325.443**	**8.372.077**	**–**	**–**	**121.183.762**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 *(Expresso em reais – R$)*

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receitas Líquidas	15	915.182.388	862.920.533
Custo das Mercadorias e dos Produtos Vendidos	16	**(748.263.964)**	**(673.052.034)**
Lucro Bruto		**166.918.424**	**189.868.499**
Receitas (despesas) Operacionais			
Comerciais	16	(77.990.726)	(71.467.771)
Gerais e administrativas	16	(17.405.830)	(15.665.963)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	1.239.790	228.610
		(94.156.766)	**(86.905.124)**
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		**72.761.658**	**102.963.375**
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	17	12.338.492	13.554.446
Despesas financeiras	17	(9.444.272)	(17.875.896)
		2.894.220	**(4.321.450)**
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**75.655.878**	**98.641.925**
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Correntes	18	(24.487.209)	(32.301.863)
Diferidos	18	2.334.672	(182.070)
		(22.152.537)	**(32.483.933)**
Lucro Líquido do Exercício		**53.503.341**	**66.157.992**
Lucro Líquido por Ação – Básico e Diluído	19	**1,6471**	**2,3226**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 *(Expresso em reais – R$)*

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Lucro Líquido do Exercício		**53.503.341**	**66.157.992**
Outros resultados abrangentes		–	–
Resultado Abrangente Total do Exercício		**53.503.341**	**66.157.992**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 *(Expresso em reais – R$)*

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		75.655.879	98.641.925
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	9, 10 e 11	2.656.211	2.201.481
Baixas do ativo imobilizado e intangível	9 e 11	18.610	150.570
Variação cambial sobre saldos com parte relacionada	17	(6.701.176)	12.001.502
Variação cambial sobre saldos de empréstimos e financiamentos	17	–	–
Juros e taxas sobre empréstimos e financiamentos	17	118.393	–
Ajuste a valor presente (arrendamentos)	10	26.611	18.380
Instrumentos financeiros derivativos		3.953.030	(2.588.059)
Provisão para descontos comerciais	5	1.596.304	(1.735.733)
Provisão para perdas esperadas créditos de liquidação duvidosa	5	597.802	3.565.560
Provisão para riscos	13	138.053	(151.033)
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais:			
Contas a receber e parte relacionada		11.449.492	(40.432.640)
Estoques		13.150.210	(47.833.381)
Outros créditos e impostos a recuperar		(219.973)	779.896
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais:			
Fornecedores e fornecedores estrangeiros – parte relacionada		(41.650.589)	40.022.607
Impostos a recolher		982.807	154.481
Obrigações sociais a recolher		259.254	448.532
Outras obrigações		1.268.490	457.332
Proveniente (aplicado) de atividades operacionais		63.299.408	65.701.420
Juros de empréstimos pagos	17	(118.394)	–
Juros pagos sobre arrendamentos	17	(26.611)	(18.380)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(26.105.356)	(31.137.841)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		37.049.047	34.545.199
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	9	(1.551.722)	(6.838.001)
Venda de ativo imobilizado		276.221	280.000
Aquisição de ativo intangível	11	(102.845)	(276.973)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.378.346)	(6.834.974)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	14 c	(36.089.568)	(85.114.146)
Aquisição de empréstimos e financiamentos		5.634.283	–
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos		(5.634.283)	–
Instrumentos financeiros derivativos		(4.093.822)	1.955.241
Pagamento de principal de arrendamentos	10	(347.745)	(311.010)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(40.531.135)	(83.469.915)
(Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		(4.860.434)	(55.759.690)
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Saldo no inicio do exercício		14.199.331	69.959.021
Saldo no fim do exercício		9.338.897	14.199.331
(Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(4.860.434)**	**(55.759.690)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais – R$, exceto quando especificado de outra forma)

1. Natureza das Operações – A Leitesol Indústria e Comércio S.A. ("Sociedade"), situada na cidade de Bragança Paulista, São Paulo, tem por objetivo a preparação, industrialização e comercialização de leite e derivados lácteos e de produtos alimentícios em geral, bem como a importação e exportação desses produtos, podendo ainda participar em outras sociedades. **2. Base de Elaboração e Apresentação de Demonstrações Financeiras – 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e em atenção aos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em real – R$, a qual é a moeda funcional da Sociedade. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: reconhecimento das receitas, provisão de descontos comerciais e determinação da estimativa de perdas estimadas de créditos. As estimativas e premissas são revisadas continuamente pela administração e os possíveis ajustes contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. **2.5. Investigação de "dumping" – Leite em Pó – Argentina e Uruguai:** A Leitesol Indústria e Comércio S.A. ("Sociedade") é parte interessada em investigação administrativa antidumping instaurada pela Secretaria de Comércio Exterior ("SECEX"), por meio da Circular SECEX nº 72, de 11 de dezembro de 2024, relativa às importações de leite em pó integral e desnatado (NCMS 0402.10.10, 0402.10.90, 0402.21.10, 0402.21.20, 0402.29.10 e 0402.29.20), originárias da Argentina e do Uruguai, a pedido da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Entre as empresas exportadoras foi selecionada a Mastellone Hermanos S.A., controladora e principal fornecedora da Sociedade. A Sociedade, empresa sediada no Brasil, é parte envolvida na investigação e ambas as empresas forneceram as informações e documentos solicitados pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). A Sociedade respondeu aos questionários recebidos em 14 de fevereiro de 2025 e, posteriormente, a todas as perguntas solicitadas, inclusive participando da audiência pública realizada no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) com todos os interessados. Em 12 de agosto de 2025, o Departamento de Defesa Comercial (DECOM) publicou a Circular SECEX Nº 62, de 11 de agosto de 2025, com Determinação Preliminar, na qual não foram aplicados direitos antidumping provisórios. Na referida decisão, o DECOM consignou que os produtos importados (leite em pó) não são plenamente similares ao leite in natura produzido no Brasil, o que fragiliza a caracterização de concorrência direta e de dano à indústria doméstica. No entanto, em 05 de dezembro de 2025, foi publicada a Circular SECEX nº 94, de 4 de dezembro de 2025, que formalizou a retomada do procedimento e definiu as novas etapas para a conclusão da investigação. No mês de janeiro de 2026, seguindo o procedimento, foram solicitadas informações complementares pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) a todos exportadores e importadores envolvidos no processo de investigação. A Sociedade e a Mastellone, sua controladora, receberam seus respectivos Ofícios no dia 12 de janeiro de 2026. De acordo com o novo cronograma, o prazo previsto para conclusão da investigação e emissão do Relatório Final por parte do DECOM está prevista para ocorrer no mês de maio de 2026. **3. Principais Políticas Contábeis –** As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes: **3.1. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros da Sociedade são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento. Avaliação dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos é registrada: (a) pelo valor justo por meio do resultado (VJR); e (b) pelo custo amortizado, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior. (i) Ativos financeiros: Classificação e mensuração dos ativos financeiros: Os ativos financeiros da Sociedade estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou custo amortizado. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à Aquisição do ativo financeiro.

Ativos financeiros mensurados pelo VJR	Esses ativos são subsequentemente mensurados pelo valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado de acordo com o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no momento do desreconhecimento também é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida VJORA	Esses ativos são subsequentemente mensurados pelo valor justo. Os ganhos de juros calculados de acordo com o método dos juros efetivos, os ganhos e as perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais no VJORA	Esses ativos são subsequentemente mensurados pelo valor justo. Os dividendos são reconhecidos como lucro nos resultados, exceto se os dividendos representarem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado.

De acordo com a IFRS 9 (CPC 48), um ativo financeiro é mensurado pelo custo amortizado se atender à duas condições e não for designado como mensurado pelo VJR: • É mantido dentro da estrutura de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros para coletar fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado pelo VJORA se atender à duas condições e não for designado como mensurado pelo VJR: • É mantido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No momento do reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro que atenda aos requisitos a serem mensurados pelo custo amortizado ou como VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção valor justo disponível no IFRS 9 e CPC 48). Os principais ativos financeiros da Sociedade incluem: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e de partes relacionadas e outras contas a receber. Caixa e equivalentes de caixa: Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo, de liquidez imediata, em montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias. Contas a receber: As contas a receber de clientes e de partes relacionadas correspondem aos valores a receber pela venda de produtos no curso normal de suas atividades, inicialmente são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado. A provisão para perdas é reconhecida conforme o IFRS 9 e CPC 48, com base nas performances esperadas de recebimento registrado e mantido no balanço pelo valor nominal dos títulos, não sendo ajustado a valor presente por apresentar, preponderantemente, vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Os títulos com vencimento de longo prazo referem à renegociação de dívida. (ii) Passivos financeiros: Classificação e medição de passivos financeiros: A Sociedade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for quitada, revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido no resultado. Os passivos financeiros da Sociedade incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamentos, partes relacionadas e outros passivos. Financiamento: Os financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no reconhecimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, ou seja, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido. Os custos dos financiamentos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência, exceto quando atribuíveis a um ativo qualificável. Os custos de financiamentos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficar prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Fornecedores, outros passivos e partes relacionadas: São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores e partes relacionadas no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Estão demonstradas pelos valores de contratação e sujeitos a atualização da variação cambial. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal que equivale ao valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. **3.2. Estoques:** Demonstrado ao custo médio de aquisição, industrialização ou mercado, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização. Quando aplicável, é constituída provisão para perdas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos estoques. **3.3. Imobilizado:** Reconhecido inicialmente pelo valor de custo, equivalente ao valor de compra ou custo de produção acrescido de quaisquer custos diretamente atribuíveis à colocação do ativo no local e nas condições necessárias para que seja capaz de funcionar da maneira pretendida pela Administração. Quando certos componentes de um imobilizado adquirido têm vidas úteis diferentes, é aplicado o método de componente, pelo qual esses componentes são depreciados ao longo de sua respectiva vida útil. As despesas correspondentes à substituição ou ao reparo de um componente de um ativo imobilizado são contabilizadas como um novo ativo e o valor contábil desses elementos que foram substituídos é baixado. Os custos dos financiamentos para ativos qualificáveis são incluídos no custo do ativo. A depreciação anual é calculada pelo método linear, com base na estimativa de sua vida útil-econômica de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9. **3.4. Intangível:** Avaliado ao custo de aquisição ou formação. As amortizações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 11, que refletem a vida útil dos ativos. Quando aplicável, é constituída provisão para redução ao seu valor de realização. **3.5. Redução ao valor recuperável de ativos de vida longa:** No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos de vida longa para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo será estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Sociedade calculará o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior entre o valor justo menos os custos a incorrer pela venda ou pelo uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) será reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a nova estimativa de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Sociedade não identificou indicativos e nem a necessidade de constituição de provisão para perda na realização dos ativos. **3.6. Demais ativos circulantes e passivos circulantes:** São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais. **3.7. Provisão para riscos:** As provisões para riscos são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. São atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis estão descritos na nota explicativa nº 13. **3.8. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base em lucros tributáveis ajustados pela legislação específica. A alíquota do imposto de renda é de 15%, mais um adicional à alíquota de 10% sobre o lucro tributável anual que exceder de R$240.000. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada sobre o lucro ajustado na forma legal, à alíquota de 9%. O efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias entre os livros contábeis e fiscais, prejuízo fiscal e base de contribuição negativa é registrado somente quando existe perspectiva suficiente sobre a sua realização. **3.9. Instrumentos financeiros derivativos:** A Sociedade mantém instrumentos financeiros derivativos para proteção de exposição ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros. Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente mensurados pelo valor justo; quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos no lucro ou prejuízo quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo, e suas variações são geralmente reconhecidas no resultado. **3.10. Receitas:** As receitas são mensuradas pelo base no valor justo dado pela consideração recebida, excluindo descontos, abatimentos, impostos ou juros sobre as vendas. Para determinar o momento adequado para reconhecer a receita, a Sociedade avalia quando transfere o controle da mercadoria para o cliente no valor que espera receber com esta operação, observando os seguintes critérios: (i) Identificação do contrato; (ii) Identificação das obrigações de desempenho; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação. Se os descontos forem antecipados e o valor puder ser medido de forma confiável, então, ele é descontado e reconhecido como uma redução da receita operacional à medida que as vendas são reconhecidas. **3.11. Arrendamentos mercantil: Arrendamentos:** A Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Sociedade reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento correspondente em relação a todos os arrendamentos em que a Sociedade é o locatário, exceto para arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo máximo de 12 meses), e arrendamentos de ativos de baixo valor (como tablets e computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones). Para esses arrendamentos, a Sociedade reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como uma despesa operacional de forma linear durante o período de locação, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os passivos de arrendamento são inicialmente mensurados pelo valor atual dos pagamentos de locação que não são pagos na data de início, descontados utilizando a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser facilmente determinada, a Sociedade usará sua taxa de financiamento incremental. Os passivos de arrendamento são exibidos em uma linha separada no balanço patrimonial e são posteriormente mensurados aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método efetivo de taxa de juros) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento do contrato de locação feito. A Sociedade volta a mensurar o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo direito de uso do ativo) desde que: • O prazo do arrendamento é alterado ou há um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício da opção de compra das ações. • Os pagamentos de arrendamento são modificados devido a alterações no índice ou taxa ou alteração no pagamento esperado no valor residual garantido. • O contrato de arrendamento é modificado e a alteração de locação não é contabilizada como um contrato separado. Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e pagamentos de arrendamento efetuados na data inicial ou antes da data inicial, menos incentivos de locação recebidos e custos diretos iniciais. Esses ativos são então medidos a custo menos depreciação acumulada e perdas de redução para o valor recuperável acumulado. Sempre que a Sociedade assumir uma obrigação em

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/02/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Leitesol Indústria e Comércio S.A.

relação aos custos de desmonte e remoção de um ativo alugado, restaurando o local onde o ativo está localizado ou devolvendo o ativo correspondente à condição exigida nos termos e condições da locação, a provisão é reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37 (CPC 25). Os ativos por direito de uso são apresentados em uma linha separada no balanço patrimonial. A Sociedade aplica a IAS 36 (CPC 01 (R1)) para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito a uma redução ao valor justo e para contabilizar qualquer perda de redução do valor justo identificada como descrito na política de avaliação de deterioração – "Impairment". Arrendamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa não fazem parte da mensuração do passivo de arrendamento e do direito de uso do ativo. Os pagamentos correspondentes são reconhecidos como uma despesa no período em que ocorre o evento ou condição que deu origem a esses pagamentos e são registrados sob o item "Outras despesas" da demonstração do resultado. **3.12. Normas e interpretações novas e revisadas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e exercícios subsequentes:** a) Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações emitidos pelo IFRS e CPC

Norma	Requisitos	Impacto nas demonstrações financeiras
Alterações à IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de conversibilidade	As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for.	A Sociedade não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.	A Sociedade não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

b) Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações emitidos pelo IFRS e CPC e normas publicadas e ainda não vigentes: A Administração também considerou o impacto das novas normas, interpretações e emendas emitidas, mas ainda não vigentes. Exceto quando informado, elas não são consideradas relevantes para a Sociedade e entrarão em vigor em ou após 31 de dezembro de 2025.

Norma	Requisitos	Impacto nas demonstrações financeiras
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	A Sociedade não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa	A Sociedade não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7	Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração dependente de condições naturais	A Sociedade não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 18	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	A Sociedade não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	A Sociedade não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

3.13. Continuidade operacional: A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Sociedade possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, a Sociedade aplicou a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Caixa e bancos	29.291	8.454
Aplicações financieras	9.309.606	14.190.877
Total	**9.338.897**	**14.199.331**

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo disponível se refere somente as aplicações automáticas. Durante o exercício de 2025 e de 2024, a Sociedade realizou aplicações financeiras através de duas modalidades: i) aplicações automáticas dos saldos diários disponíveis nas contas bancárias, onde os recursos são aplicados em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e resgatados automaticamente conforme necessidade diária de utilização, que renderam cerca de 0,7% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário); e ii) aplicações em títulos de renda fixa CDB (Certificado de Depósito Bancário), com remuneração pré fixada de 101% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

5. Contas a Receber	**31/12/2025**		**31/12/2024**	
	Circulante	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Duplicatas a vencer	96.146.425	–	108.089.044	–
Duplicatas vencidas	3.060.307	8.938.372	6.542.350	5.182.922
Total de duplicatas	99.206.732	8.938.372	114.631.394	5.182.922
Cheques em cobrança	9.569	457.620	9.569	457.620
	99.216.301	**9.395.992**	**114.640.963**	**5.640.542**
Provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa	(425.395)	(9.395.992)	(3.583.044)	(5.640.542)
Provisão para descontos comerciais	(3.965.022)	–	(2.368.718)	–
Total	**94.825.884**	**–**	**108.689.201**	**–**

Para as duplicatas vencidas registradas no ativo não circulante a Sociedade registrou provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa, correspondentes a 100% do saldo vencido. Não há contas a receber dadas como garantia. Grupo Dia – Recuperação Judicial: Em março de 2024, o cliente Dia Brasil – Grupo Dia apresentou pedido de Recuperação Judicial, cuja tramitação foi deferida pelo juiz. Após 60 dias, foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial, onde o crédito da Sociedade estava habilitado nos autos. O Plano foi aprovado e para atuar como "fornecedor parceiro", em razão das condições impostas no plano, uma vez que as condições como "credor quirografário" eram desfavoráveis à Sociedade, foi firmado contrato de fornecimento com o cliente, com prazos e limitado à concessão de recuperação judicial. Dessa forma, considerando que o plano de recuperação judicial ainda não havia sido homologado, em julho de 2024, a Administração da Sociedade decidiu registrar perda estimada de crédito para as contas a receber em aberto no montante de R$2.759.232 referente à operação comercial com o cliente Dia Brasil, em relação às vendas vencidas e não pagas no período de janeiro a maio de 2024. O saldo de contas a receber do Dia Brasil em 31 de dezembro de 2025 é de R$3.211.021, o qual é composto pelo montante dos quais R$2.695.734 estão totalmente provisionados na provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa do ativo circulante e R$ 515.287 referente a notas fiscais emitidas no mês de dezembro de 2025 as quais foram recebidas em janeiro de 2026. A Sociedade continua monitorando os desenvolvimentos no processo de recuperação judicial e podemos reverter as expectativas de cobrança. O saldo total de contas a receber em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está distribuído da seguinte forma:

	31/12/2025	**31/12/2024**
A vencer:		
Até 30 dias	76.962.337	82.913.760
De 31 a 60 dias	14.096.034	19.249.684
De 61 a 90 dias	5.088.054	5.925.600
De 91 a 120 dias	–	–
Total – a vencer	**96.146.425**	**108.089.044**
Vencidas:		
Até 30 dias	2.310.682	2.348.945
De 31 a 60 dias	173.034	290.390
De 61 a 90 dias	169.065	158.620
De 91 a 180 dias	136.904	310.256
De 181 a 360 dias	270.622	3.434.139
Mais de 360 dias	9.405.561	5.650.111
Total – vencidas	**12.465.868**	**12.192.461**
Total	**108.612.293**	**120.281.505**

As movimentações na provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa e descontos comerciais são as seguintes:

	31/12/2025	**31/12/2024**
Saldo no início do exercício	**11.592.304**	**9.762.476**
Provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa	958.967	4.192.650
Provisão para descontos comerciais	3.952.326	1.673.436
Realização da provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (i)	(361.166)	(627.088)
Realização da provisão para descontos comerciais (ii)	(2.356.022)	(3.409.170)
Saldo ao final do período	**13.786.409**	**11.592.304**

(i) Referem-se substancialmente a créditos recebidos de clientes que estavam provisionados e a baixa de créditos sem expectativa de recebimento. (ii) Referem-se as baixas dos descontos comerciais, já que este evento está vinculado ao recebimento efetivo do título até a data de vencimento.

6. Estoques	**30/09/2025**	**31/12/2024**
Matérias-primas	45.158.212	40.292.064
Produtos para revenda	21.134.748	14.583.007
Produtos acabados	19.466.336	16.236.684
Almoxarifado	2.195.495	1.964.481
Embalagens	2.437.158	2.635.831
Importação em andamento – partes relacionadas	44.418.607	72.248.699
Total	**134.810.556**	**147.960.766**

Provisão para perdas nos estoques: Durante os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Sociedade revisou a composição de seu estoque e não identificou a necessidade de provisão para perdas. A Sociedade não possui estoques dados em garantia.

7. Impostos a Recuperar	**31/12/2025**	**31/12/2024**
ICMS	1.212.383	609.073
IRPJ	61.101	61.101
PIS	301.311	269.997
COFINS	2.414.243	2.198.357
Subvenção Governamental de ICMS (IRPJ/CSLL) (a)	1.976.931	2.486.834
Outros	234.521	191.601
Total	**6.200.490**	**5.816.963**

(a) Em meados de 2023, os tribunais superiores confirmaram a interpretação da Lei Complementar nº 160/2017, que equipara os incentivos e benefícios fiscais ou financeiros do ICMS (subsídios de financiamento típicos ou reduções de custos) a subsídios de investimento, eliminando, assim, a necessidade de demonstrar quais montantes foram alocados à implementação ou expansão de empreendimentos econômicos. Diante da clarificação mencionada acima, a Sociedade obteve parecer favorável dos seus assessores jurídicos e memorando de conclusão dos consultores tributários sobre a tese e a quantificação dos créditos extemporâneos tributários e entendeu que as incertezas sobre a Sociedade ter direito a esses créditos foi clarificada nesse momento. Esses créditos extemporâneos abrangeu o período de janeiro de 2018 a dezembro de 2022 no montante de R$8.593.812, equivalente a R$24.314.966 de incentivos fiscais. Os incentivos fiscais foram reclassificados de reserva de lucros para reserva de incentivos fiscais e o benefício fiscal derivado desses incentivos fiscais foram registrados como crédito de imposto de renda e contribuição social correntes com contrapartida de créditos tributários. O referido crédito extemporâneo de R$8.593.812 refere-se a R$7.824.760 de valor principal e R$769.053 de atualização monetária e juros. Em julho de 2023, a Sociedade utilizou R$5.407.560 desses créditos para compensar débitos de IRPJ/CSLL, restando um saldo credor em 31/12/2023 de R$3.186.252. Em 2024, a Receita Federal do Brasil emitiu decisão favorável à Sociedade, reembolsando parcialmente o crédito no valor de R$ 1.203.796, disponibilizado diretamente na conta bancária da Sociedade, deixando, assim, saldo credor disponível e atualizado monetariamente pelo valor de R$ 504.378, resultando em saldo a realizar de R$ 2.486.834 em 31 de dezembro de 2024. Em 2025, a Receita Federal fez novos reembolsos parciais do crédito, disponibilizando o montante de R$ 561.705 diretamente na conta bancária da Sociedade, deixando, assim, saldo credor disponível e atualizado monetariamente pelo valor de R$ 51.802, resultando em saldo a realizar de R$ 1.976.931 em 31 de dezembro de 2025.

8. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	31/12/2025		
Diferenças temporariamente indedutíveis	**Imposto de renda**	**Contribuição social**	**Total**
Provisão para riscos	51.201	18.433	69.634
Provisão para reconhecimento de receita	1.242.780	447.399	1.690.179
Provisão para participação nos resultados	553.870	199.391	753.261
Provisão para títulos a receber	79.380	28.576	107.956
Provisão para perdas esperadas créditos de liquidação duvidosa	2.455.347	883.925	3.339.271
Outras provisões	1.267.619	463.854	1.731.474
Total de diferenças temporariamente indedutíveis	**5.650.197**	**2.041.578**	**7.691.775**

	31/12/2024		
Diferenças temporariamente indedutíveis	**Imposto de renda**	**Contribuição social**	**Total**
Provisão para riscos	13.405	4.826	18.231
Provisão para reconhecimento de receita	380.798	137.087	517.885
Provisão para participação nos resultados	510.495	183.777	694.272
Provisão para títulos a receber	77.406	27.866	105.272
Provisão para perdas esperadas créditos de liquidação duvidosa	2.305.896	830.122	3.136.018
Outras provisões	645.526	239.900	885.426
Total de diferenças temporariamente indedutíveis	**3.933.526**	**1.423.578**	**5.357.104**

O ativo registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, fundamentadas no entendimento e na expectativa da Administração. As projeções de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes a desempenho da economia brasileira e internacional, seleção de taxas de câmbio, volume e preço de venda e alíquotas de impostos, entre outras, que podem apresentar variações em relação aos dados e aos valores reais. A recuperação prevista destes impostos diferidos, verificado nas projeções de lucros tributáveis são as seguintes:

Recuperação por ano	
2026	4.256.407
2027	3.254.454
Depois de 2027	180.914
Total	**7.691.775**

9. Imobilizado – A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Terrenos	**Edifícios**	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Veículos**	**Computadores e periféricos**	**Instalações**	**Total**
Custo – 01/01/2025	78.762	21.618.057	12.921.229	1.528.807	934.167	1.457.520	1.173.603	39.712.145
Adições	–	11.475	825.786	77.194	504.600	132.667	–	1.551.722
Baixas	–	(2.094)	(9.874)	(963)	(360.230)	–	(122.831)	(495.992)
Custo – 31/12/2025	78.762	21.627.438	13.737.141	1.605.038	1.078.537	1.590.187	1.050.772	40.767.875
Depreciação – 01/01/2025	–	(7.657.731)	(7.642.351)	(672.514)	(466.498)	(908.880)	(680.542)	(18.028.516)
Adições	–	(649.533)	(931.036)	(119.098)	(169.741)	(161.116)	(66.370)	(2.096.894)
Baixas	–	16	8.311	963	345.261	–	122.831	477.382
Depreciação – 31/12/2025	–	(8.307.248)	(8.565.076)	(790.649)	(290.978)	(1.069.996)	(624.081)	(19.648.028)
Saldo líquido – 31/12/2025	**78.762**	**13.320.190**	**5.172.065**	**814.389**	**787.559**	**520.191**	**426.691**	**21.119.847**
	Terrenos	**Edifícios**	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Veículos**	**Computadores e periféricos**	**Instalações**	**Total**
Custo – 01/01/2024	219.608	17.328.679	11.889.354	944.950	759.967	1.249.836	1.167.871	33.560.265
Adições	–	4.293.273	1.196.585	632.943	401.654	307.814	5.732	6.838.002
Baixas	(140.846)	(3.895)	(164.710)	(49.086)	(227.454)	(100.130)	–	(686.122)
Custo – 31/12/2024	78.762	21.618.057	12.921.229	1.528.807	934.167	1.457.520	1.173.603	39.712.145
Depreciação – 01/01/2024	–	(7.227.655)	(6.936.129)	(613.540)	(548.011)	(872.114)	(606.188)	(16.803.637)
Adições	–	(430.109)	(870.932)	(106.676)	(145.941)	(132.418)	(74.354)	(1.760.431)
Baixas	–	33	164.710	47.702	227.454	95.652	–	535.552
Depreciação – 31/12/2024	–	(7.657.731)	(7.642.351)	(672.514)	(466.498)	(908.880)	(680.542)	(18.028.516)
Saldo líquido – 31/12/2024	**78.762**	**13.960.326**	**5.278.878**	**856.293**	**467.669**	**548.640**	**493.061**	**21.683.629**
Taxa média anual de depreciação		4%	10%	10%	20%	20%	10%	

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de registrar uma provisão para a redução desses ativos ao seu valor recuperável em 31 de dezembro de 2025.
Não há ativos dados em garantia.

10. Operações de Arrendamentos	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Ativo por direito de uso		
Saldo inicial	888.888	160.868
Adições	–	1.036.389
Amortização	(355.097)	(308.369)
Saldo final	**533.791**	**888.888**
Passivos por arrendamentos		
Saldo inicial	895.739	170.361
Adições	–	1.036.389
Pagamentos fixos	(374.356)	(329.391)
Ajuste ao valor presente	26.611	18.380
Saldo final	**547.994**	**895.739**

As operações de arrendamento correspondem a dois contratos de aluguéis, onde os escritórios da Sociedade estão localizados em São Paulo e em Recife. O contrato de São Paulo expira em 30 de junho de 2027 e o contrato de Recife expira em 30 de julho de 2027. O cronograma de pagamento é o seguinte:

Pagamentos	**2025**
Pagamentos a realizar em 2026	(358.819)
Pagamentos a realizar em 2027	(189.175)
Total do passivo	**(547.994)**

11. Intangível	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Custo – Softwares no início	1.750.167	1.555.481
Adições	102.845	276.973
Baixas	–	(82.287)
Custo final	1.853.012	1.750.167
Amortização – Softwares no início	(976.278)	(925.883)
Adições	(204.221)	(132.682)
Baixas	–	82.287
Amortização	(1.180.499)	(976.278)
Saldo líquido	672.513	773.889
Taxa média anual de amortização	20%	20%

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de registrar uma provisão para a redução desses ativos ao seu valor recuperável em 31 de dezembro de 2025 e de 2024. Não há ativos intangíveis dados em garantia. **12. Partes Relacionadas –** Saldos e transações com partes relacionadas: A Sociedade faz parte de suas compras de matérias-primas e produtos de revenda no mercado internacional, tendo como principal fornecedor Mastellone Hermanos S.A., seu controlador, localizado na Argentina. Contas a pagar de fornecedores – com parte relacionada: Em 31 de dezembro de 2025, o saldo devedor de fornecedores estrangeiros – partes relacionadas – no valor de R$50.420.520, equivalente a US$9.163.369 (R$99.378.972, equivalente a US$16.048.798 em 31 de dezembro de 2024), refere-se à aquisição de matérias-primas e produtos para revenda. Durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, as compras totalizaram R$678.150.087 (US$122.287.357) e R$668.911.439 (US$121.762.489), respectivamente. O prazo médio de pagamento em 2024 foi de 43 dias e em 2025 foi de 36 dias, a partir da data de autorização de embarque das mercadorias e essas transações não estão sujeitas a juros. Contas a Receber com parte relacionada: Em abril de 2021, a Sociedade realizou uma devolução de mercadorias para a Mastellone Hermanos S.A, sua controladora, no valor de R$ 450.647 (US$ 81.900). Esse montante, será realizado ou compensado com faturas a pagar, ainda a serem acordadas entres as partes. Dividendos a Pagar: Em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade possui registrado o montante de R$69.678.738, (R$31.975.064 em 31 de dezembro de 2024) relacionado aos dividendos a pagar. As transações com dividendos estão apresentadas na nota explicativa 14 c). Juros sobre Capital Próprio: Em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade possui registrado o montante de R$10.375.260 (R$ 5.607.369 em 31 de dezembro de 2024) relacionado ao JSCP a pagar. As transações com JSCP estão apresentadas na nota explicativa 14 c). Remuneração da Administração: Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade reconheceu o montante de R$4.808.081 (R$ 4.462.331 em 31 de dezembro de 2024) como remuneração total do Grupo Executivo e dos diretores. Seu Grupo Executivo e diretores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade ou a partes relacionadas e não possuem benefícios indiretos significativos. **13. Provisão para Riscos –** A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas inclui riscos decorrentes de ações judiciais iniciadas nas esferas cível, trabalhista e tributária. A Administração da Sociedade, com base na opinião e avaliação de risco de seus consultores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis com essas ações, conforme o seguinte detalhe:

	31/12/2024	**Adições**	**Reversões**	**31/12/2025**
Cíveis	35.479	13.936	(12.415)	37.001
Trabalhistas	18.139	159.812	(10.147)	167.803
	53.618	**173.748**	**(22.562)**	**204.804**
Depósitos Judiciais	(1.000)	(13.134)	–	(14.134)
Total	**52.618**	**160.614**	**(22.562)**	**190.670**

	31/12/2023	**Adições**	**Reversões**	**31/12/2024**
Cíveis	9.629	25.850	–	35.479
Trabalhistas	195.022	–	(176.883)	18.139
	204.651	**25.850**	**(176.883)**	**53.618**
Depósitos Judiciais	(1.000)	–	–	(1.000)
Total	**203.651**	**25.850**	**(176.883)**	**52.618**

A Sociedade é parte de outros processos, para os quais a Administração, com base em seus consultores jurídicos, determina que as chances de êxito são possíveis, devido a uma sólida base de defesa para estes. Essas questões ainda não têm tendência nas decisões dos tribunais ou outras decisões de processos similares, consideradas como perdas prováveis e, por esse motivo, nenhuma provisão foi estabelecida. As ações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2025, continham ações cíveis no montante de R$37.000 (R$35.479 em 31 de dezembro de 2024) e ações relacionadas a perdas prováveis, em 31 de dezembro de 2025, continham ações trabalhistas no montante de R$167.803 (R$18.139 em 31 de dezembro de 2024). **14. Patrimônio Líquido – a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2024, o capital social de R$ 28.484.551 era representado por 28.484.551 ações ordinárias sem valor nominal, das quais 28.484.550 pertenciam ao acionista Mastellone Hermanos S.A. e 1 ação pertencia à Mastellone San Luis S.A., domiciliados no exterior. Em 15 de dezembro de 2025, os acionistas aprovaram aumento de capital no montante de R$ 48.000.000, mediante capitalização de créditos de dividendos e juros sobre capital próprio previamente distribuídos e não pagos, nos termos do art. 169 da Lei nº 6.404/76, ficando desde já reconhecida a liquidez, certeza e exigibilidade dos referidos créditos, assim discriminados. Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Sociedade é de R$ 76.484.551, representado por 76.484.551 ações ordinárias sem valor nominal, das quais 76.484.550 ações pertencem ao acionista Mastellone Hermanos S.A. e 1 ação pertence à Mastellone San Luis S.A., domiciliados no exterior. **b) Reserva legal:** A reserva legal é constituída mediante a aplicação de 5% do lucro líquido do exercício, até que atinja o limite legal de 20% do capital social, conforme previsto no estatuto social. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da reserva legal totalizava R$ 5.696.910, montante que correspondia ao limite máximo permitido por lei, equivalente a 20% do capital social. Em razão do aumento do capital social ocorrido em 15 de dezembro de 2025, o limite legal da reserva foi recalculado. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2025, foi constituída reserva legal adicional no valor de R$ 2.675.167, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, passando a totalizar R$ 8.372.077, representando 11% do capital social atual. **c) Dividendos e juros sobre capital próprio:** O Estatuto Social da Sociedade estipula a distribuição de dividendos anuais mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício social, após as deduções previstas na legislação societária, sendo a condição estabelecida no estatuto social a inexistência de prejuízos acumulados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi calculado e distribuído o montante de R$ 12.707.044 (R$ 16.539.498 em 31 de dezembro de 2024) referente a dividendos mínimos obrigatórios. Em 27 de junho de 2025, a Sociedade deliberou, em Assembleia Geral Extraordinária, distribuir, a título de dividendos, o montante de R$48.000.000 que estava registrado na reserva de lucros. Durante o exercício de 2025, a Sociedade deliberou, em atas efetivadas e aprovadas nas datas de 24 de março, 18 de junho, 18 de setembro e 15 de dezembro de 2025, a distribuição de juros sobre capital próprio no montante total de R$ 8.882.396 (R$ 1.897.821 em 31 de dezembro de 2024). Em 15 de dezembro de 2025, a Sociedade deliberou, em nova Assembleia Geral Extraordinária: i) distribuir como dividendos adicionais o saldo remanescente da reserva de lucros no montante de R$27.732.959; e ii) distribuir como dividendos adicionais o lucro líquido remanescente no exercício de 2025, após as distribuições e alocações anteriores, no montante de R$29.238.734. Durante o exercício fiscal de 2025, a Sociedade: i) efetuou pagamentos de dividendos no valor total de R$36.089.568 (R$85.114.146 em 2024), dos quais R$1.332.359 correspondem a imposto de renda retido na fonte sobre juros auferidos sobre o patrimônio líquido; e ii) aumentou o capital no montante de R$ 48.000.000 mediante capitalização de créditos de dividendos e juros sobre capital próprio previamente distribuídos e não pagos, conforme descrito na nota explicativa 14 a). Portanto, o saldo a pagar a título de dividendos e juros sobre capital próprio, em 31 de dezembro de 2025, monta R$80.053.998 (R$37.582.433 em 31 de dezembro de 2024), o qual devem ser pagos até 31 de dezembro de 2028 conforme a disponibilidade de recursos e a aprovação dos acionistas. **d) Reserva de Incentivos Fiscais:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 7(a), em 2023, a Sociedade quantificou e registrou reserva de incentivos fiscais referentes a períodos anteriores (2018 a 2022) no montante de R$24.314.966. Esse referido montante estava apresentado como reserva de lucros, sendo reclassificado para reserva de incentivos fiscais em virtude do evento de clarificação e confirmação do direito da Sociedade a esses incentivos fiscais. Como efeito da mesma classificação e confirmação, a Sociedade apurou incentivos fiscais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R$11.994.580, os quais também estão apresentados como Reserva de incentivos fiscais. Em 29 de dezembro de 2023 foi sancionada a Lei 14.789/23, a qual dispõe sobre créditos fiscais decorrentes de subvenção para implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024. O entendimento é que o benefício fiscal de ICMS, utilizado pela Sociedade até 31 de dezembro de 2023, não se enquadra nos requisitos estipulados para fruição do crédito fiscal de 25 % previstos nessa nova Lei, posto que o benefício deve estar expressamente vinculado a implantação ou a expansão de empreendimentos. Dessa forma, a orientação dos assessores legais da Sociedade foi que, a partir de 1º de janeiro de 2024, a Sociedade não utilize a dinâmica de apuração e cálculo da subvenção utilizada até 31 de dezembro de 2023.

15. Receita Líquida	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Receita bruta de vendas	1.002.778.396	945.272.899
Devoluções e cancelamentos	(7.422.335)	(7.554.096)
Descontos comerciais e bonificações	(17.237.750)	(16.238.735)
Imposto sobre a receita	(62.935.923)	(58.559.535)
Receita líquida	**915.182.388**	**862.920.533**

16. Custos e Despesas por Natureza	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Custo de bens e produtos vendidos:		
Depreciação e amortização	(1.759.765)	(1.461.866)
Despesas com funcionários	(10.449.238)	(9.126.463)
Consumo de matérias-primas e materiais	(729.172.172)	(653.464.800)
Custos gerais de fabricação	(6.882.789)	(8.998.905)
Total dos custos por natureza	**(748.263.964)**	**(673.052.034)**
Despesas operacionais:		
Depreciação e amortização	(541.348)	(431.247)
Depreciação do ativo por direito de uso	(355.097)	(308.369)
Despesas com funcionários	(17.982.560)	(17.079.747)
Despesas com fretes	(39.483.955)	(36.455.247)
Comissões sobre vendas	(8.944.376)	(7.904.635)
Acordos comerciais e promoções	(19.313.875)	(15.310.516)
Publicidade e propaganda	(58.514)	(79.074)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(166.622)	151.033
Consultoria e assessoria	(2.824.033)	(2.455.829)
Outras receitas e despesas	(4.486.386)	(7.031.493)
	(94.156.766)	(86.905.124)
Comercial	(77.990.726)	(71.467.771)
Gerais e administrativas	(17.405.830)	(15.665.963)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	1.239.790	228.610
Total de despesas	**(94.156.766)**	**(86.905.124)**

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/02/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação **Leitesol Indústria e Comércio S.A.**

17. Resultado Financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receita:		
Receita com rendimentos de aplicação financeira e outras	456.343	5.101.839
Juros sobre atualização de impostos	65.298	515.092
Juros e descontos recebidos	441.618	420.953
Variação cambial ativa – com parte relacionada	10.844.227	4.544.982
Variação cambial, empréstimos bancários	113.965	–
Instrumentos financeiros derivativos	417.041	2.971.580
Receitas financeiras	12.338.492	13.554.446
Despesa:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(118.393)	–
Variação cambial passiva – com parte relacionada	(4.143.052)	(16.546.484)
Descontos concedidos	(1.286)	(10.793)
Instrumentos financeiros derivativos	(4.370.071)	(383.520)
Outras despesas financeiras	(811.470)	(935.099)
Despesas financeiras	(9.444.272)	(17.875.894)
Total resultado financeiro	**2.894.220**	**(4.321.450)**

18. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)	75.655.878	98.641.925
Alíquota atual	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(25.722.999)	(33.538.255)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Juros sobre o capital próprio – JSCP	3.020.015	645.259
Outras	550.447	409.063
Imposto de renda e contribuição social	(22.152.537)	(32.483.933)
Imposto de renda e contribuição social composta por:		
Corrente	(24.487.209)	(32.301.863)
Diferido	2.334.672	(182.070)
Total	**(22.152.537)**	**(32.483.933)**

19. Lucro por Ação – As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizado para o cálculo do lucro líquido básico por ação.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido utilizado na apuração do lucro líquido básico por ação	53.503.341	66.157.992
Quantidade média ponderada de ações utilizadas na apuração do lucro líquido por ação	76.484.551	28.484.551
Lucro líquido por ação (básica) – R$	**1,6471**	**2,3226**

A quantidade média ponderada de ações utilizada no cálculo do lucro líquido diluído por ação, considerou o aumento de capital efetuado em 15 de dezembro de 2025 para determinar a quantidade de ações utilizadas na determinação do lucro líquido básico por ação.

20. Instrumentos Financeiros – Todas as operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	31/12/2025			31/12/2024		
	Valor justo por meio do resultado	**Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado**	**Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado**	**Valor justo por meio do resultado**	**Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado**	**Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado**
Caixa e Bancos	29.291	–	–	8.454	–	–
Aplicações Financeiras	9.309.606	–	–	14.190.877	–	–
Contas a receber	–	94.825.884	–	–	108.689.201	–
Contas a receber – parte relacionada	–	450.647	–	–	507.149	–
Outros créditos	–	714.206	–	–	877.759	–
Derivativos	773.610	–	–	632.818	–	–
Passivos						
Fornecedores e outros passivos	–	–	(14.120.286)	–	–	(12.245.109)
Fornecedores internacionais – parte relacionada	–	–	(50.420.520)	–	–	(99.378.972)
Empréstimos bancários	–	–	–	–	–	–
Arrendamento a pagar	–	–	(547.994)	–	–	(895.739)
Derivativos	–	–	–	–	–	–
Total	**10.112.507**	**95.990.737**	**(65.088.800)**	**14.832.149**	**110.074.109**	**(112.519.820)**

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • Aplicações financeiras – São definidas como ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. • Instrumentos financeiros derivativos – São definidos como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo o valor justo próximo ao valor contábil, em virtude de o cálculo ser efetuado com base nas premissas observáveis de mercado, conforme metodologia acordada em contrato. • Contas a receber, fornecedores nacionais e outras obrigações e fornecedores – partes relacionadas – Os valores justos estão próximos aos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. Hierarquia de valor justo: A Sociedade possui saldos abaixo dos instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais são classificados no nível 2 e 3:

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras – Nível 2	9.309.606	14.190.877
Instrumentos financeiros derivativos - Nível 3	773.610	632.818

Os diferentes níveis foram definidos abaixo: • Nível 1: Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: receita, exceto os preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços). • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados de mercado observáveis (dados não observáveis). **20.1. Exposição a riscos cambiais:** Esse risco decorre da possibilidade de que a Sociedade possa vir a incorrer em perdas de caixa e restrições, devido às flutuações cambiais, aumentando os saldos de passivos denominados em moeda estrangeira. As exposições a riscos cambiais são administradas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelas políticas adotadas e não são consideradas relevantes, devido ao curto período de liquidação, com média de 40 a 50 dias. Em 31 de dezembro de 2025, o balanço patrimonial da Sociedade inclui contas em moeda estrangeira para fornecedores e contas a receber, sujeitas a flutuações cambiais, representando passivos no valor de R$50.420.520, equivalentes a US$9.163.369 (R$99.378.972, equivalentes a US$16.028.866 em 31 de dezembro de 2024) e contas a receber no valor de R$ 450.647, equivalentes a US$ 81.900 (R$ 450.647, equivalentes a US$72.685 em 31 de dezembro de 2024). Análise de sensibilidade com base na taxa do dólar

			Aumento	
			10%	25%
Taxa de câmbio		5,5024	6,0526	6,8780
	US$	R$	R$	R$
Fornecedores estrangeiros (parte relacionada e outros)	9.163.369	50.420.520	55.462.207	63.025.652
Contas a receber (parte relacionada)	(81.900)	(450.647)	(495.708)	(563.308)
Exposição liquida do balanço patrimonial		49.969.873	54.966.449	62.462.344
Montante pelo cálculo de sensibilidade			4.996.576	12.492.471

20.2. Exposição a riscos da taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Sociedade estar sujeita aos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas. Atualmente, a Sociedade possui aplicações financeiras sujeitas a flutuações nessas taxas de juros do CDI, que estavam no nível de 14,32% a.a.

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras	9.309.606	14.190.877

Análise de sensibilidade: Para esses contratos, a análise de sensibilidade considera uma oscilação da taxa de juros do CDI nos percentuais de 10% e 25%.

		Aumento	
		10%	25%
Taxa de juros		15,75%	17,90%
	Valor contábil	Impacto	Impacto
Aplicações financeiras	9.309.606	133.127	333.284

20.3. Instrumentos financeiros derivativos: Em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade celebrou operações de instrumentos financeiros derivativos com o Banco Itaú e com o Banco Bradesco para proteger parcela de seus passivos denominados em moeda estrangeira contra riscos cambiais.

2025						
Contrato	**Contratação**	**Vencimentos**	**Montante Contratado em US$**	**Taxa Contratada**	**Montante Contratado em R$**	**Valor razoável – lucro/prejuízo**
20251107008348	07/11/2025	06/01/2026	750.000	5,4076	4.055.700	69.140
20251107008349	07/11/2025	13/01/2026	750.000	5,4181	4.063.575	68.580
20251203008515	03/12/2025	05/02/2026	740.000	5,3878	3.986.972	103.777
20251203008516	03/12/2025	12/02/2026	740.000	5,3978	3.994.372	110.777
20251203008517	03/12/2025	19/02/2026	740.000	5,4038	3.998.812	106.124
20251203008518	03/12/2025	26/02/2026	740.000	5,4136	4.006.064	105.984
130474	14/11/2025	27/01/2026	750.000	5,3840	4.038.000	100.943
130475	14/11/2025	20/01/2026	750.000	5,3745	4.030.875	108.286
			5.960.000		**32.174.370**	**773.610**
Contrato	**Contratação**	**Vencimentos**	**Montante Contratado em US$**	**Taxa Contratada**	**Montante Contratado em R$**	**Valor razoável – lucro/prejuízo**
64895	11/12/2024	09/01/2025	950.000	6,0276	5.726.220	158.452
64896	11/12/2024	15/01/2025	950.000	6,0351	5.733.345	156.910
8266	11/12/2024	23/01/2025	950.000	6,0394	5.737.430	158.311
8269	11/12/2024	30/01/2025	950.000	6,0468	5.744.460	159.145
			3.800.000		**22.941.455**	**632.818**

20.4. Concentração de risco de crédito: Os instrumentos financeiros que podem expor a Sociedade a concentrações de risco de crédito consistem, em primeiro lugar, em contas a receber, fornecedores e partes relacionada, todos classificados como empréstimos e recebíveis e registrados ao custo amortizado. Em relação as aplicações financeiras os saldos são registrados ao valor justo. A Sociedade mantém contas bancárias e aplicações financeiras em instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos de diversificação dos riscos de crédito. **20.5. Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Sociedade não receber os fluxos de caixa decorrentes de operações de venda ou aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras. Para mitigar esse risco, a Sociedade possui uma política de análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes e das instituições financeiras com as quais se relacionam, o estabelecimento de um limite de crédito para os clientes e o monitoramento constante de seu saldo devedor. A Administração da Companhia monitora os fatores de risco analisando as tendências de mercado e realizando uma revisão periódica de seus ativos e dívidas. **20.6. Gestão de riscos de instrumentos financeiros:** A Sociedade mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Dessa forma, possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. **21. Seguros –** Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação de riscos feita por consultores especializados. Em 31 de dezembro de 2025, as coberturas de seguros são as seguintes:

Modalidade de seguro	Riscos cobertos	Límite de indenização
Todos os riscos	Responsabilidade de D&O	10. 000.000
Todos os riscos	Responsabilidade civil – geral	53.175.983

22. Aprovação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras da Sociedade foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 31 de janeiro de 2026.

Sebastián Luís Maraggi – Diretor Presidente
Alexandre Lima da Silva – Contador – CRC 1SP 237.828/O-7

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Leitesol Indústria e Comércio S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Leitesol Indústria e Comércio S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Leitesol Indústria e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** *Transações com partes relacionadas:* Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras, a qual divulga sobre os saldos e as transações com parte relacionada. A Sociedade mantém saldos e transações com parte relacionada em montantes significativos, as quais são efetuadas em condições específicas e definidas entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 5 de fevereiro de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011.609/O-8

Fabiano Ricardo Tessitore
Contador – CRC nº 1 SP 216.451/O-1

Deloitte.

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo